



A 4 semanas do fim de trabalho legislativo luta contra PEC 32 deve aumentar, diz deputado

Faltam quatro semanas de trabalho legislativo para que uma vitória histórica seja alcançada com a derrota da PEC 32, da reforma Administrativa. Essa é a análise do deputado Rogério Correia (PT-MG) feita nessa sexta-feira, 19. O recado aos servidores é para que a mobilização fundamental contra a proposta que, na prática, representa o fim dos serviços públicos brasileiros, seja intensificada. "Nitidamente o governo não tem votos para aprovar a PEC 32", destacou o deputado. A PEC 32 é considerada a maior e mais absurda proposta de desmonte do Estado já apresentada ao Congresso Nacional.


Um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, Rogério Correia pontua ainda pontos perversos do substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A PEC 32 afeta atuais servidores, diferente do que afirma o governo. A proposta possibilita corte de até um quarto do salário e jornada de servidores, regulamen-

ta demissões através de avaliação de desempenho, entre outras maldades como fim de carreiras, promoções, progressões e a consolidação de contratos temporários que passariam a ser regra, substituindo concursos públicos.

Para Rogério Correia, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, tem demonstrado desânimo de colocar a PEC 32 em pauta. "Esse desânimo é porque há uma mobilização grande do povo brasileiro, servidores e servidoras em relação à derrota dessa proposta", pontuou. Correia avalia que uma mobilização especial durante essas quatro próximas semanas será crucial. "Com isso a gente faz com que a derrota dela esse ano seja uma derrota também em 2022", disse. Para ele nenhum deputado vai querer colocar suas digitais em ano eleitoral em algo tão sujo quanto essa proposta de 'de'forma Administrativa. "Sigamos em luta. Animados. Podemos e iremos vencer essa batalha", concluiu o deputado.

Fonte: Condsef

ATENÇÃO



DESLIGAMENTO PROGRAMADO

AVISO*

O Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e sociedade em geral, que na próxima quarta-feira, 24, a entidade irá funcionar até às 12h.

A suspensão das atividades no período da tarde acontece por conta do desligamento programado da rede elétrica efetuado pela Equatorial.

** As Secretarias Regionais irão funcionar normalmente.*



PL da Enfermagem deve ser votado nesta semana no Senado

Depois de sete meses na gaveta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o Projeto de Lei (PL) nº 2564/2020, conhecido como PL da Enfermagem, aprovado por mais de um milhão de pessoas que votaram na consulta pública da Casa, deve ser votado nesta quarta-feira (24), de acordo com informações do autor da proposta, senador Fabiano Contarato (Rede).

O texto original do PL da Enfermagem, que teve parecer favorável aprovado em abril pela relatora senadora Zenaide Maia (PRO-RN), previa piso salarial de R\$ 7,3 mil mensais para enfermeiros, de R\$ 5,1 mil para técnicos de enfermagem, e de R\$ 3,6 mil para auxiliares de enfermagem e parteiras.

No caso dos enfermeiros, o valor estabelecido pelo projeto era para jornada de 30 horas semanais. Já em caso de jornadas superiores a 30 horas, o piso salarial nacional seria proporcional.

Para ir ao plenário, o projeto sofreu algumas “concessões”. O valor do piso para enfermeiros ficou em R\$ 4,75 mil para carga horária de 40 ou 44 horas, conforme o contrato de trabalho. Portanto, quem faz carga horária de 30 horas receberá valor inferior ao piso. A remuneração para os técnicos ficou em R\$ 3,29 mil ou seja, 70% do

valor previsto para os enfermeiros. Já o salário dos auxiliares e parteiras, 50% do que será pago para os enfermeiros, totalizando R\$ 2,35 mil.

O Brasil tem 2,5 milhões de profissionais de enfermagem, a maioria atua nas Prefeituras como enfermeiros, auxiliares técnicos e parteiras. Do total, 89% são mulheres que têm dupla e tripla jornada, ou seja, mais de um emprego, além da jornada doméstica.

Cerca de 2 milhões do total de trabalhadores da área são técnicos e auxiliares, que estão especialmente vulneráveis aos subsalários, como demonstram os dados da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil (FIOCRUZ, 2015). Quase metade dos profissionais (45%) recebiam salários abaixo de R\$ 2 mil. Somente 4 em cada 100 recebiam mais de R\$ 5 mil.

Apesar disso, a proposta foi travada pela pressão e lobby de setores contrários ao reconhecimento da categoria, que são os donos de hospitais e prefeitos. O próprio Pacheco agiu age contra a aprovação do projeto, atendendo aos interesses do setor privado e de prefeitos que argumentam falta de recursos para bancar o piso salarial proposto no PL.

Dinheiro tem, rebateram sindicalistas e senadores que apoiam a proposta.

Fonte: CUT

Confira 6 direitos garantidos na CLT que alguns trabalhadores nem sabem que têm

Em tempos de ataques a direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como 13ª e férias, trabalhadores e trabalhadores devem ficar atentos ao que ainda é garantido pela Lei brasileira e também às lutas da CUT e das demais centrais para impedir que o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) flexibilize ainda mais a legislação trabalhista. Foi essa luta que impediu que o Senado aprovasse a Medida Provisória (MP) nº 1045, aprovada pela Câmara dos Deputados, que diminuía salários e acabava com vários direitos.

Tem direitos que são, em muitos casos, esquecidos pelos trabalhadores porque alguns nem sabem que têm, ou que são deixados de lado por conta da pressão de empregadores exigindo produtividade. O PortalCUT listou 6 desses direitos e ouviu um especialista que orienta o que o trabalhador deve fazer para exigir o cumprimento da lei.

É sempre importante estar ciente desses direitos e sempre procurar a orientação do sindicato da categoria para se proteger contra eventuais tentativas dos patrões de não cumprir com suas obrigações.

O advogado reforça que em razão do momento difícil, a união das categorias de trabalhadores se mostra mais necessária, como forma de enfrentamento à violação de direitos pelas empresas.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://matéria completa em cut.org.br/noticias)